

A “falácia” da invisibilidade feminina: vestígios de um discurso anacrônico

Maria Celi Chaves Vasconcelos¹  0000-0002-3624-4854

Jandira Helena Fernandes Flaeschen²  0000-0002-1662-493X

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 22471-210 –
secretaria@proped.pro.br

²Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 20021-200 –
mhn.comunicacao@museus.gov.br



ref

Resumo: Este artigo tem como tema central a análise da pretensa justificativa de se considerar “falaciosa” a afirmação de que as mulheres foram invisibilizadas no que se refere a escolhas de patrimônio preservado em instituições de guarda. O objetivo central é demonstrar a diminuta existência de fundos, coleções e arquivos pertencentes a mulheres em relação aos mesmos guardados de patrimônio relativos aos homens. Para tanto, os procedimentos metodológicos referem-se a uma verificação no acervo constante de casas de guarda e instituições de patrimônio localizadas nas cidades do Rio de Janeiro e de Petrópolis, evidenciando os fundos de memória feminina em sua relação quantitativa com os fundos de memória masculina. Conclui-se com a desconstrução do discurso anacrônico de que se trata de uma “falácia” falar da invisibilidade feminina no patrimônio, corroborando-se a necessidade de estudos que possam obstaculizar argumentos sem base científica. **Palavras-chave:** invisibilidade feminina; instituições de guarda e patrimônio; fundos e coleções; falácia.

The “fallacy” of female invisibility: traces of an anachronistic discourse

Abstract: The study's central theme is the analysis of the claim to justify considering the “fallacious” statement that women were made invisible when it comes to choices about archives of heritage preserved in custodial institutions. The central objective is to demonstrate the small existence of funds, collections and archives belonging to women in relation to the same assets held by men. To this end, the methodological procedures refer to a verification of the constant collection of guard houses and heritage institutions located in the cities of Rio de Janeiro and Petrópolis, highlighting the female memory funds in their quantitative relationship with the male memory funds. It concludes with the deconstruction of the anachronistic discourse that it is a “fallacy” to talk about female invisibility in heritage, corroborating the need for studies that can obstruct arguments without a scientific basis.

Keywords: female invisibility; custody heritage institutions; funds and collections; fallacy.

La “falacia” de la invisibilidad femenina: vestigios de un discurso anacrónico

Resumen: El tema central del estudio es el análisis de la supuesta justificación para considerar “falacia” la afirmación de que las mujeres fueron invisibilizadas en las decisiones sobre el patrimonio conservado en instituciones de custodia. El objetivo central es demostrar la escasa existencia de fondos, colecciones y archivos pertenecientes a mujeres en relación con los mismos bienes guardados de patrimonio de los hombres. Para ello, los procedimientos metodológicos se refieren a una verificación de la colección constante de casas de guarda e instituciones patrimoniales ubicadas en las ciudades de Río de Janeiro y Petrópolis, destacando los fondos de memoria femeninos en su relación cuantitativa con los fondos de memoria masculinos. Concluye con la desconstrucción del discurso anacrónico de que es una “falacia” hablar de invisibilidad femenina en el patrimonio, corroborando la necesidad de estudios que puedan obstruir argumentos sin base científica.

Palabras clave: invisibilidad femenina; instituciones de custodia y patrimonio; fondos y colecciones; falacia.

Palavras que nos desafiam: caminhos de uma pesquisa

Virginia Woolf, no livro *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*, que reúne os ensaios exarados por ela na década de 1930, questiona a visão da mulher como “anjo do lar”, muito presente na era vitoriana e estendendo-se pelo século XX. A autora registra em seus escritos:

(...) na hora em que peguei a caneta para resenhar aquele romance de um homem famoso, ela logo apareceu atrás de mim e sussurrou: ‘Querida, você é uma moça. Está escrevendo sobre um livro que foi escrito por um homem. Seja afável; seja meiga; lisonjeie; engane; use todas as artes e manhas de nosso sexo. Nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria (Woolf, 2018, p. 12)¹.

Passado um século da escrita da autora, que usava a sua pena e tinteiro para denunciar as práticas habituais da sociedade nas primeiras décadas do novecentos, alguns resquícios dessas mesmas práticas ainda podem ser reconhecidos, hoje, nos conselhos que o “anjo do lar” fazia à escritora. Naquele momento, Virginia Woolf exaltava a necessidade de as mulheres se expressarem em todas as artes e profissões abertas às capacidades humanas, para além de se tornarem apenas o “anjo do lar”, limitadas ao papel de mãe e esposa que esperavam delas, sempre submissas aos homens e a casa. Para a escritora, era preciso matar o “anjo do lar” que assombrava as mulheres com conselhos de resignação e submissão, assim como elas não deveriam permitir que fossem julgadas por padrões de pureza moral, nem eram obrigadas a manterem-se presas ao que se esperava do seu sexo, sempre preocupadas com a opinião pública.

Sob outra perspectiva, Michelle Perrot (2001, p. 167), ao analisar as mulheres em suas circunstâncias de ruptura com a submissão e suas relações com o poder, tendo como foco o mesmo período, o século XIX e as ressonâncias no século XX, afirma que elas não tinham o poder, mas teriam “poderes”, dos quais estavam investidas no privado, no familiar, e reinavam “no imaginário dos homens, preenchem suas noites e ocupam seus sonhos”. O poder feminino típico das mulheres era percebido quando elas se imiscuíam nos assuntos dos homens, controlando-os. Sua dominação ocorria oculta por detrás do trono, nos bastidores, movimentando-se fora da cena pública. A interferência das mulheres e sua influência entre os homens era possível de ser encontrada nos meios mais diversos, mas de forma anônima, de modo que se perpetuasse apenas o mito do poder masculino. As decisões femininas, seus conselhos, sua ascendência e persuasão sobre os homens eram escamoteadas em uma exclusão consentida, apoiada na diferença dos sexos, que não supunha às mulheres uma existência em nível político, combativo, bélico ou pragmático. Perrot (2001) exemplifica como essa combinação de silenciamento e aceitação contribuiu para que a condição de invisibilidade feminina permanecesse por séculos:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. [...] Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (2001, p. 212).

Em que pese seu papel crucial em muitas ocasiões nas quais souberam manipular os homens, as mulheres trataram de apagar esses vestígios e o que restou deles. De forma aparente, subsistiram os indícios do que era permitido e aceitável. Relegadas a seus domínios privados, grande parte das mulheres dedicava-se àquilo que lhes era autorizado, associando e perpetuando as ideias de maternidade e feminilidade, como sendo as principais qualidades de suas personalidades.

Nas classes mais abastadas, onde havia mulheres letradas, o tempo ocioso e tomado pelo silêncio era preenchido pela literatura dos romances, nos quais as histórias reforçavam a percepção de felicidade como sendo a subordinação da mulher ao lar e ao marido, estimulando o isolamento do espaço exterior. Lendo os romances, apegavam-se ao mundo interior onde mitigavam os desapontamentos do casamento e compensavam a vida vazia em termos de amor, encontrando nos livros um verdadeiro confessionário, como exemplifica Anthony Giddens (1993, p. 55): buscavam êxtase naquilo que lhes “era negado no mundo comum”. Essa transcendência acerca do amor romântico desenvolveu uma exortação à intimidade feminina, em que as mulheres silenciosas e devotas nutriam-se de uma vida imaginada, completamente diferente das suas, por meio da fantasia de heroínas independentes e corajosas, retratadas nas novelas. Mergulhadas nesse mundo interior, sem a possibilidade de fala ou de registro de seus próprios pensamentos, de suas vontades, de suas ambições, de seus medos, de sua sexualidade, de sua criatividade e de grande parte das experiências que cercaram suas vidas, elas caíram no esquecimento das lacunas do tempo. Só restaram delas quadros a óleo ou fotografias amareladas em poses sugeridas pelos artistas, que nem de longe lembram a personalidade daquelas cujas legendas, para os que ainda guardaram as antigas imagens, apenas as descrevem como bisavós, avós,

¹ Texto lido por Virginia Woolf, em 21 de janeiro de 1931, para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres, publicado em *A morte da mariposa*, em 1942 (Woolf, Virginia. *The death of the moth*. Londres: The Hogarth Press, 1942).

tias etc. Não lograram sequer outra descrição, senão a do seu parentesco consentido pelos homens. Jamais veremos uma legenda de “amante do vovô”, por exemplo.

Vale notar que algumas mulheres se rebelaram contra as opções limitadas do destino a elas imposto e deixaram suas marcas em registros autobiográficos e em arquivos que, lidos de forma correta, permitem encontrá-las em suas falas individualizadas, descritas em códigos estritos. Todavia, não é fácil decifrá-los, porque normalmente estão envolvidos à censura dos homens e das próprias famílias, que as mantinham numa “domesticidade confinada” (Giddens, 1993, p. 67).

Ainda, hoje, buscar as mulheres na pesquisa, dar-lhes visibilidade é um processo complexo. Ao deixar as limitações da submissão e da falta de liberdade, inventaram-se outras formas de secundarizar sua atuação, seja tornando-as um tema banal, seja considerando que suas vidas não são suficientemente capazes de atrair graus de cientificidade. Um exemplo do desafio recorrente posto aos pesquisadores com foco em acervos e arquivos de mulheres é a desqualificação da importância desse escopo. Em pleno século XXI, falar veementemente das mulheres ainda causa certo incômodo, como se alguma coisa estivesse fora do lugar, fora da ordem estabelecida. Colocá-las em pé de igualdade ou acima dos homens faz com que isso pareça uma saturação, algo que foi longe demais, recorrente, excessivo. Recentemente, ao submeter um Projeto de Pesquisa com o objetivo central de analisar arquivos e acervos femininos, a resposta recebida ao pleito foi a de que se tratava de “temática recorrente, já desenvolvida em dezena [sic] de outros trabalhos acadêmicos”. Além disso, o parecerista classificou o Projeto como “falacioso”, ao afirmar a invisibilidade das mulheres, destacando como exemplo de “falácia”, a citação:

O conceito de patrimônio teria sido, de forma recorrente, relacionado à produção masculina, aos arquivos masculinos e às escolhas masculinas, até pela invisibilização feminina, que relegou a mulher a um plano secundário nos acervos das casas de guarda e dos museus, seja porque os artefatos expostos são criações/invenções, em sua maioria, de homens, seja porque há maior dificuldade de se localizar arquivos de mulheres, pela censura e destruição a que estão mais propensos (Maria José Rebollo; Pablo Dominguez, 2020, p. 5).

Diante do ajuizamento peremptório sobre a “falácia” da invisibilidade feminina no patrimônio histórico, educativo, artístico e cultural institucional, além da afirmação de que a produção feminina em arquivos e acervos se tratava de um tema recorrente e “altamente estudado” por uma “dezena de pesquisadores”, cabia-nos, então, somente um desafio: buscar vestígios dessas evidências. Isso porque o termo “falácia” tem como significado algo que tenta enganar, ou, em alguns dicionários, quem age de modo ardiloso. Mas será que afirmar que a produção feminina está invisibilizada e secundarizada em relação à produção masculina, até os dias atuais, trata-se de uma “falácia”? Ou será mais um discurso anacrônico proferido por quem utiliza conceitos e ideias baseadas na dominação masculina (Pierre Bourdieu, 2012), as quais sugerem que o que já se falou das mulheres ou já se guardou sobre elas foi o suficiente? bell hooks (2019) vai mais além nessa discussão quando acrescenta elementos de racismo e, com base nos autores citados por ela, indaga se os homens não relegaram as mulheres à posição de propriedade, absorvendo um comportamento típico do pensamento patriarcal sobre o feminino.

Angela Davis (*In*: Davis; Gina Dent; Erica Meiners; Beth Richie, 2023, p. 23), em seu livro *Abolicionismo. Feminismo. Já*, escreve que “devemos ser radicais e ativos. Refletir, aprender e ajustar nossas práticas. Reagir à injustiça. Construir diferentes formas de viver”. É nessa perspectiva que se torna necessário examinar o lugar das mulheres nos arquivos. É uma “falácia” sua declarada invisibilidade? As mulheres estão devidamente pesquisadas e catalogadas?

O encaminhamento dessas respostas é o foco central do estudo em pauta, que tem como objetivo demonstrar a diminuta existência de fundos, coleções e arquivos pertencentes a mulheres em comparação aos mesmos guardados de patrimônio relativos aos homens.

Para tanto, os procedimentos metodológicos referem-se a uma verificação no acervo constante de seis casas de guarda e instituições de patrimônio localizadas nas cidades do Rio de Janeiro e de Petrópolis, em especial, aquelas que possuem sites com a digitalização ou informações sobre as coleções e fundos existentes em seus arquivos. A partir dessas informações iniciais coletadas nas páginas das instituições de guarda selecionadas, procedeu-se a um levantamento sintético, evidenciando os fundos de memória feminina em sua relação quantitativa com os fundos de memória masculina. Cabe ressaltar que a pesquisa utilizou os mesmos mecanismos de investigação disponíveis a qualquer usuário que acesse os sites das instituições, uma vez que nossa intenção é justamente demonstrar o que está exposto e disponibilizado nos sistemas de busca simples.

As instituições visitadas de forma virtual foram a Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BN), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Museu Casa de Benjamin Constant, o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial em Petrópolis.

A Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BN) tem como objetivo “ampliar e sistematizar as ações e implementar uma política de preservação digital a longo prazo que contemple todas as atividades inerentes à atividade institucional” (<https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/>). O Acervo Digital da BN possui 3.034.915 documentos de livre acesso, além de uma amostra significativa do patrimônio documental da instituição, possibilitando uma “visão abrangente e contextualizada do acervo”.

A segunda instituição elencada foi o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), que integra a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas: “A instituição foi criada em 1973 e hoje tem como objetivos abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação”. Ainda de acordo com sua página na internet (<https://cpdoc.fgv.br/sobre>): “Os conjuntos documentais doados ao CPDOC, que podem ser conhecidos no Guia dos Arquivos, constituem, atualmente, o mais importante acervo **de arquivos pessoais de homens públicos do país** (grifo nosso), integrado por aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos”.

Em um terceiro exame, foram listados os acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa em sua página virtual (<http://acervos.casaruibarbosa.gov.br/>), na base de dados do Guia de Fundos e Coleções, na qual constam as coleções “ordenadas segundo o primeiro nome de seu titular”. A Fundação Casa de Rui Barbosa tem como missão “preservar e dar acesso à obra de Rui Barbosa, ao seu acervo e ao de personalidades de destaque para o país, promovendo a pesquisa, o ensino e a difusão do conhecimento sobre temáticas relevantes para a história do Brasil”. Além disso, destaca como sua “visão”: “ser reconhecida como principal instituição pública de captação e preservação de acervos privados, destacando-se na produção de conhecimento e formação acadêmica nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas”.

Em outra categorização de busca, a visita concentrou-se na página virtual de museus. O Museu Casa de Benjamin Constant está localizado no bairro de Santa Teresa, Rio de Janeiro, na casa onde residiu Benjamin Constant Botelho de Magalhães até a sua morte, em 22 de janeiro de 1891. A pesquisa foi realizada em sua página na internet (<https://museucasabenjaminconstant.museus.gov.br/>), que tem como missão “preservar e divulgar a vida e a obra de seu patrono, estimulando o pensamento crítico sobre a história do Império e da República, nas suas manifestações políticas, sociais e culturais, por meio de seu acervo”.

O segundo museu escolhido para visita em sua página virtual foi o Museu Histórico Nacional (<https://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>). Localizado na região central e histórica do Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional possui uma construção que, por si só, já se constitui como monumento patrimonial. Fundado em 1922, sua página na internet informa que a instituição vem trabalhando para disponibilizar suas coleções a usuários de todo o país, por meio de suas bases de dados.

Saindo dos limites territoriais e virtuais da cidade do Rio de Janeiro, encontra-se o Museu Imperial, localizado em Petrópolis, na Região Serrana. O Museu possui o principal acervo do país relativo ao Império brasileiro, sobretudo, do Segundo Reinado, por estar sediado no palácio que outrora serviu como residência de verão a d. Pedro II, à imperatriz Tereza Cristina e às filhas, princesas Isabel e Leopoldina (<https://museuimperial.museus.gov.br/historico-e-personagens/>). Em sua página na internet é possível consultar o arquivo histórico e um inventário com o catálogo das principais coleções disponíveis on-line.

A escolha de algumas das casas de guarda e patrimônio localizadas no Estado do Rio de Janeiro deve-se tão somente ao recorte da pesquisa ter como pressuposto que essa unidade federativa se constituiu, historicamente, como precursora de instituições arquivísticas e museológicas no país, tendo em vista sua condição territorial que detém características diferenciadas. O Rio de Janeiro abrigou a capital do Império, da República, o Distrito Federal, e, a seguir, compôs a única cidade-estado brasileira, o estado da Guanabara, e as instituições criadas durante esses períodos mantiveram-se como referências culturais no país. Contudo, o principal critério utilizado para nortear a escolha das instituições era possuir um sistema de buscas de acervos e informações acessíveis à investigação, por estarem disponíveis aos usuários na internet através de seus sites, considerados de referência para a pesquisa de patrimônio arquivístico e museológico.

Certamente que, ao elencar as seis instituições escolhidas por meio de seus sites de busca, outras tantas casas de guarda e patrimônio foram suprimidas, mas também poderiam ter sido analisadas em suas bases de dados. Todavia, os limites de um artigo científico exigem um recorte a ser exposto a partir de um estudo histórico mais abrangente. Ainda assim, nossa hipótese é a de que a análise da totalidade das instituições chegaria a resultados similares no tocante às proporções da amostra indicada, embora não possam ser descartadas as exceções, que decorrem de projetos e programas pontuais realizados em alguns museus e fundações de patrimônio histórico, educativo, artístico e cultural.

Cabe destacar que não se pretende hierarquizar as instituições, listar ou elencar acervos e arquivos das páginas pesquisadas, mas tão somente, por meio de amostras selecionadas, confrontar a magnitude dos acervos no que se refere ao gênero, para desconstruir o discurso anacrônico de que se trata de uma “falácia” falar da invisibilidade feminina no patrimônio histórico, educativo, artístico e cultural. Assim, corroboramos a necessidade de mais estudos e pesquisas que possam alimentar bancos de dados e arquivos de e sobre mulheres que, certamente, ladearam os homens em suas trajetórias.

Acervos, arquivos, fundos e coleções: à procura de mulheres

Vanda Anastácio (2022), em artigo intitulado “Onde estão as mulheres? Um percurso didático pela história da literatura portuguesa”, constata a escassez de nomes de autoras em Portugal até o século XX, cuja incidência é apenas de 3% a 5%. Segundo ela, a fraca representação das mulheres se daria por diversos fatores, entre eles: um cânone composto exclusivamente por autores do sexo masculino com raras exceções à regra; uma literatura identificada com os homens; a baixa alfabetização das mulheres; os papéis destinados às mulheres que as afastavam definitivamente das letras e da leitura; a censura exercida pela igreja católica sob qualquer livro publicado ou manuscritos em circulação; os custos de impressão e a necessidade de um mecenas para patrociná-las, o que estaria mais afeito aos homens; e a necessidade do anonimato para esconder as mulheres escritoras.

Intrigada com esses vestígios que invisibilizavam as mulheres, Anastácio (2022) inventariou 270 escritoras portuguesas anteriores a 1800 e “um número quase idêntico de escritoras activas entre 1800 e 1900” (Anastácio, 2022, p. 27). No entanto, como explicita a autora, para encontrar essas mulheres foi preciso utilizar outras formas para além da pesquisa tradicional, rompendo com as noções de território nacional, de língua e das tipologias clássicas de textos. Só assim, por meio de uma pesquisa alternativa, foi possível trazer à luz mais de 500 mulheres que escreveram entre os séculos 16 e o século 18, algo bastante incomum tanto no discurso historiográfico quanto literário, e, mais ainda, quando se trata de listá-las como mulheres autoras.

Quando pensamos na realidade brasileira, o movimento inicial de uma pesquisa bibliográfica em busca de mulheres, que envolva seus acervos, coleções e fundos arquivados, ocorre, sobretudo, nos documentos disponibilizados pela Fundação Biblioteca Nacional. Seja na hemeroteca, seja de forma presencial, o acervo centenário, extremamente bem preservado, com cuidados que denotam a *expertise* de seus profissionais, é a primeira parada de qualquer pesquisador em busca de homens e mulheres.

Essa mística em torno da nossa mais importante e completa instituição de guarda faz supor que existam centenas de acervos, coleções e fundos de e sobre mulheres separados e prontos para saciar as inúmeras perguntas de intrépidos pesquisadores. Contudo, uma rápida navegação pelos arquivos no site da BNDigital constata outra realidade. As coleções e fundos femininos são em número infinitamente menor que as coleções e fundos masculinos. Sem a menor intenção de esgotar ou examinar detalhadamente o que possui em seus depósitos virtuais e físicos a Fundação Biblioteca Nacional, em um primeiro momento, o que é disponibilizado a um interessado no assunto no site da BNDigital são somente 35 coleções/fundos pertencentes a mulheres, que viveram nos séculos XIX e XX, ainda que a maior parte somente possa ser localizada por meio de busca avançada ou combinada, ou pelos guias existentes.² Entre elas podemos listar: Adelia Bevilacqua, Agnes Guimarães Rosa, Alma Cunha de Miranda, Amélia Lacombe, Antonia B. de Carvalho, Beatrix Reynal, Blanche Ribeiro Gomes, Carolina Maria de Jesus, Cecília Barbosa de Moura, Clarice Lispector, Deolinda Gonçalves de Carvalho, Ermelinda Azevedo Paz Zanini, Ester Kosovski, Evelina Belisario Soares de Sousa, Firmina Cerqueira, Gelsa Ribeiro da Costa, Helza Camêu, Henriette Weiss, Hygia Calmon Ferreira, Imperatriz Leopoldina, Isa Adonias, Leonor Pereira de Melo, Maria Graham, Maria Lucia do Pazo Ferreira, Maria Luiza Alves (ou Álvares) de Azevedo, Maria Werneck de Castro, Marília Velloso Pinto, Najla Jabor, Nise da Silveira, Olga Savary, Regina Vater, Sonia Doyle, Thereza Christina Borges da Rocha Rothier, Thereza Christina Maria (Imperatriz), Yedda de Macedo Soares.

São acervos indiscutivelmente importantes, entretanto, é preciso ponderar: qual critério foi usado para que apenas essas mulheres pudessem ter a visibilidade de estar nomeadamente em um lugar de tanta relevância no cenário da pesquisa brasileira? Por que são tão poucas e tão seletas? Qual o discernimento para que outras tantas mulheres não estejam também nesses cânones? Certamente, é possível que haja muitas outras mulheres “escondidas” pelos imensos armários, prateleiras, gavetas, arquivos deslizando, entre as estantes que se perdem no olhar para a vasta documentação abrigada pelas dimensões desmedidas da Biblioteca Nacional, ou mesmo entre os milhares de documentos digitalizados. No entanto, não lograram o êxito de terem seus nomes gravados em um fundo ou coleção digital como seus contemporâneos

² Disponível em <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/producao/publicacoes/guia-colecoes-divisao-manuscritos-fbn>. Acesso em 21/01/2024.

homens. Além disso, o fato de estarem ocultas, com alguma dificuldade para serem achadas, já diz muito sobre a hierarquização dos acervos.

Vale ressaltar que algumas dessas mulheres dividem o protagonismo de seus arquivos com seus maridos e a guarda de seus documentos só foi possível porque seus pertences faziam parte do acervo masculino entregue para a preservação. Já no que se refere aos acervos masculinos, em uma breve navegação pelo site da Fundação Biblioteca Nacional percebe-se a grandiosidade arquivística, contando-se, de forma rápida, aproximadamente 221 coleções/fundos pertencentes às mais diversas personalidades conhecidas e até já esquecidas, englobando nobres, escritores, políticos, artistas, dramaturgos, jornalistas, naturalistas, historiadores, professores, engenheiros, médicos, padres, poetas, arquitetos, advogados, pintores, músicos, militares, cujos documentos estão distribuídos entre manuscritos, obras raras, obras gerais, iconografia, cartografia, periódicos e publicações seriadas.

Como se pode observar exemplarmente, as primeiras informações obtidas já contestam a “falaciosa” invisibilidade das mulheres nos arquivos, no caso da Fundação Biblioteca Nacional. Isso ocorre tanto pela dificuldade de ser depositária da documentação oriunda das famílias que, por vezes, não reconhecem a importância de partilharem os acervos pessoais de mães, avós, irmãs, tias e curadoras, como pelos obstáculos de prover a paridade nas coleções e fundos, através de uma busca ativa. Diante desse resultado, tem-se somente um percentual aproximado de 16% de coleções e fundos femininos à disposição dos usuários no site da Fundação Biblioteca Nacional. Ressalta-se também que as assimetrias de gênero vão muito além do acesso à cultura e às competências básicas da leitura e da escrita como mecanismos de exclusão que afastam as mulheres do universo da cultura erudita (Anastácio, 2022, p. 33). Há tantas mulheres quanto homens, cujas trajetórias se confundem com a própria história do país em todos os setores da sociedade, que poderiam estar *pari passu* com eles no protagonismo dos acervos se houvesse interesse em procurar vestígios da produção feminina. Como demonstra Anastácio, percebe-se que a “falácia” está no discurso anacrônico de dizer que as mulheres já foram pesquisadas/visibilizadas o suficiente, ou que já atingiram a igualdade de gênero na valorização de suas produções autorais.

Passando para a segunda instituição investigada, o CPDOC, de acordo com sua própria descrição na página da internet (<https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivos-pessoais>), trata-se de um centro de pesquisas “pioneiro na definição de uma metodologia para o tratamento de arquivos pessoais, [que] reúne aproximadamente 230 arquivos de personalidades que tiveram atuação destacada no cenário nacional”. Entre esses arquivos, 174 pertencem a titulares masculinos, alguns poucos a partidos políticos, igrejas, clubes e associações. Entretanto, relativos a mulheres como titulares independentes, há somente onze arquivos facilmente identificados no guia de busca, dos quais aparecem como detentoras: Alba Zaluar, Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Delminda Aranha, Hermínia Collor, Hilda Machado, Luiza Aranha, Mariza Peirano, Rosalina Coelho Lisboa, Yvonne Maggie, e Ellen Woortmann que, todavia, divide o protagonismo com seu marido Klaas.

Tratando-se do CPDOC, a proporção de aproximadamente 7% de arquivos femininos em relação aos masculinos é extremamente representativa dos acervos brasileiros, haja vista ser essa instituição uma das mais criteriosas, importantes e modelares para o trabalho com arquivos e sua preservação, trazendo as principais discussões à pauta, por meio de inúmeras produções. Não significa que as mulheres não estejam presentes nos arquivos, no entanto, estão secundarizadas e escondidas, permanecem ocultas e sob a responsabilidade dos homens, mesmo depois de viverem suas vidas, e ainda que em seus papéis guardados. Não é feito para elas um inventário, separando o que foi delas do que foi deles, ainda continuam juntos, as mulheres com seus homens, eles respondendo por elas, como se seus papéis tivessem sido uma coisa só. Essa é uma visão anacrônica dos arquivos, pois, muito provavelmente, os egodocumentos femininos guardados são escritas íntimas; pertencentes a mulheres; manuseados por elas; conservados por elas; mantidos por elas; com códigos somente direcionados e compreensíveis para e por elas. Ainda assim, esses documentos estão misturados aos de seus maridos, companheiros, pais, parentes, dificultando totalmente a busca por seus vestígios e até a interpretação deles, porque não conseguem ser visualizados e estudados com foco na personalidade feminina, mas na figura da mulher ligada a um homem, entendida como a esposa, a mãe, a matriarca.

A terceira instituição, a Fundação Casa de Rui Barbosa, como se lê na descrição histórica em seu site, acolhe alguns dos mais expressivos e diversificados acervos documentais do país, reunidos ao longo de sua existência, cuja guarda, preservação e divulgação é feita por seus setores especializados (Museu, Arquivo, Biblioteca e Arquivo-Museu de Literatura Brasileira). Possui um acervo inicial legado de Rui Barbosa com 1.400 peças de mobiliário e objetos, além de 60.000 itens de arquivo, e conta, hoje, com mais de 37 mil volumes. A pesquisa em pauta foi concentrada em seu acervo arquivístico institucional, unicamente na base de dados de coleções, embora, em uma rápida visita aos arquivos pessoais existentes, também possa se constatar a supremacia masculina.

Entre 172 coleções nomeadamente masculinas, excluindo-se os fundos familiares,³ a coleção Rui Barbosa, sua documentação e acervo, bem como todas as coleções que não possuíam um titular visível, encontram-se apenas 23 coleções cujos titulares são mulheres. Cabe ressaltar que somente uma pesquisa detalhada, em cada um desses fundos, poderia evidenciar como as mulheres são alçadas a detentoras de uma coleção a partir de um critério de documentação. Notadamente, entre as coleções, encontram-se os nomes de Adalgisa Nery, Clarice Lispector, Corina Coaraci, Eugenia Alvaro Moreyra, Glória Pondé, Isabel do Prado, Joanita Blank, Judite Grossman, Julieta de Godói Ladeira, Lúcia Sanson, Maria Clara Machado, Maria Eugênia de Oliveira, Maria Helena Cardoso, Maria Isabel Ferreira, Maria Jacinta, Maria José de Queirós, Maria Julieta Drummond de Andrade, Marly Medalha, Olga Savary, Rachel Jardim, Stella Leonardos, Tânia Serra, Tetrá de Tefé.

Observa-se nesse conjunto, e igualmente nos anteriores, que algumas mulheres se repetem como titulares de coleções nas instituições, mas também já é possível identificar esposas titulares de fundos independentes de seus maridos, o que pressupõe a separação da documentação, bem como a possibilidade de uma análise da trajetória feminina em suas características próprias. Ainda assim, o cenário é mais uma comprovação da necessidade de visibilizar as mulheres em seus arquivos e acervos pessoais, considerando que, em uma busca rápida no site de localização das coleções, poder-se-ia chegar ao percentual de, aproximadamente, 14% para os acervos femininos na Fundação Casa de Rui Barbosa.

Outros museus, outras coleções: silêncios e esquecimentos femininos

Continuando o levantamento à procura de acervos documentais femininos, uma instituição presencial e digital de relevância para a pesquisa é o Museu Casa de Benjamin Constant, cujo arquivo digital recebeu recentemente um novo design, tendo como destaque na página de abertura a curadoria da exposição intitulada “Vozes do silêncio: mulheres no Brasil oitocentista (século XIX)”. A importante e admirável iniciativa dos curadores diante do cenário até aqui apresentado expõe fragmentos de imagens e registros da vida de três mulheres: a mulher de Benjamin Constant, Maria Joaquina Costa Botelho de Magalhães; a filha de Benjamin Constant, Bernardina Botelho de Magalhães, autora dos cadernos de anotações que vão compor o livro posteriormente publicado como *O diário de Bernardina*, contendo notas sobre o seu cotidiano e os acontecimentos daquela época; e a irmã mais velha de Maria Joaquina, Olympia Coriolano da Costa Gonçalves Dias. Esta última, mulher do poeta Gonçalves Dias, que revela uma faceta sensível das mulheres presas a casamentos turbulentos, cujos estereótipos do não cumprimento do papel submisso das esposas naquele contexto, em particular aprisionadas a relações conturbadas, faziam com que a sociedade as considerasse desequilibradas ou loucas, embora fossem perfeitamente capazes de desenvolver todas as outras atividades afeitas ao seu dia a dia.

Após a introdução com páginas totalmente dedicadas às mulheres, tendo como inspiração aquelas que fizeram parte da família de Benjamin Constant, os fundos que se apresentam a seguir, no site da instituição, são todos nomeadamente masculinos: Fundo Benjamin Constant, Fundo Família Benjamin Constant, Fundo José Beviláqua, Fundo Pery Constant Beviláqua, Fundo Agliberto Xavier. As mulheres estão contidas nas cartas a seus maridos ou recebidas deles, ou nos Fundos de Família constituídos, em sua maioria, por correspondências e documentos pessoais de família. Nesses fundos, as mulheres são mencionadas a partir das figuras masculinas a que estavam relacionadas. No site não há fundos exclusivamente femininos.

A próxima instituição enfocada é o Museu Histórico Nacional, cuja origem arquitetônica remonta às primeiras fortificações da colônia destinadas à proteção da Costa. Na década de 1920, com as intervenções urbanas para as comemorações do Centenário da Independência brasileira, reuniram-se três prédios da região, a Fortaleza de Santiago, a Casa do Trem e o Arsenal de Guerra, compondo um único conjunto arquitetônico, o Museu Histórico Nacional. O acervo do Museu Histórico Nacional está dividido em quatro “esferas”: acervo arquivístico histórico; acervo arquivístico institucional; acervo bibliográfico e acervo museológico. A pesquisa em pauta concentrou-se no acervo arquivístico histórico, formado em sua maioria por coleções privadas, que podem ser consultadas na base de dados do acervo on-line, no site do Museu.

A descrição arquivística do acervo histórico mostra que o Museu Histórico Nacional possui um acervo de coleções com 172 fundos, sendo 13 de titulares mulheres e 119 de homens, além de 40 coleções diversas, incluindo-se as coleções familiares que, certamente, contêm documentos femininos, embora sejam intituladas por seus membros masculinos. As coleções de titulares femininas encontradas no acervo arquivístico histórico do Museu Histórico Nacional são: Anamaria Rego de Almeida, Angela Cardoso Guedes, Baronesa de Loreto, Ecyla Castanheira Brandão, Jenny Dreyfus, Livia Martins Falcão, Nair de Teffé, Norma Portugal, Olga Bergamini de Sá, Renné Grosman, Ruth Beatriz Silva Caldeira de Andrada, Sofia Jobim Magno de Carvalho, Vera Lucia Lima.

³ Como os da Família Barbosa de Oliveira e da Família Motta Maia.

Como nas outras instituições, as coleções pertencentes a mulheres estão em quantidade bastante diminuta em relação aos fundos masculinos. Nesse caso, as coleções femininas são de apenas 11% em relação às masculinas e 6% do total de coleções existentes no acervo arquivístico histórico do Museu. Além disso, mais uma vez, repetem-se figuras conhecidas, mulheres nobres e sobrenomes que fazem referência a homens ilustres, sendo poucas aquelas que constam das coleções por seu próprio trabalho ou por sua produção e trajetória. Isso acontece não porque elas não existam, existem e em número equiparado ao dos homens, entretanto, não há pesquisas ou documentos inventariados que possam compor os fundos necessários para sua visibilidade.

Vale destacar que esta é uma circunstância verificada em quase todos os museus, não se tratando de uma crítica a essa ou àquela instituição; ao contrário, espera-se que a exposição dos fatos estimule esforços no sentido de tornar o patrimônio mais feminino, ou, pelo menos, mais paritário. As próprias instituições carecem de pesquisas que tragam à luz a documentação das mulheres entre os arquivos que já possuem e, também, de novos acervos, a partir de pesquisas que possam feminilizar e equiparar a questão de gênero nas instituições museológicas.

Um dos museus brasileiros cujo acervo permanente é reconhecidamente comparável ao dos melhores museus europeus, no que se refere ao período monárquico, é, sem dúvida, o Museu Imperial. Toda a sua arquitetura já remete ao Império brasileiro. Visitá-lo em Petrópolis é como voltar no tempo e estar na residência de verão dos imperadores, d. Pedro II e d. Tereza Cristina, com suas inseparáveis duas filhas, Isabel e Leopoldina. Por haver tantas personagens e protagonistas mulheres que viveram, choraram, amaram, percorreram uma trajetória da glória ao desterro, enquanto habitaram suas instalações, o palácio pode-se dizer que é essencialmente feminino.

Há palácios cuja história os tornou residências femininas. O Palácio Imperial de Petrópolis é um deles, uma casa de mulheres em seus detalhes, em particular, naqueles que guardam vestígios intactos delas, seja um traçado de jardim, seja um banco, uma pedra de cantaria que adquiriu uma forma ondulada, uma coluna coberta por um papel imitando mármore, o formato de uma janela, a sua posição e a luz que passa por ela, tudo indica haver a presença feminina e de feminilidade envolvendo as edificações. Talvez grande parte das pessoas que vá visitá-lo não o faça em busca dos homens que ali residiram, mas, sobretudo, das mulheres, das presenças marcantes femininas que habitaram aquele espaço e que, com seus pensamentos e crenças, influenciaram o destino de todo o território e de toda uma nação, em momentos que foram decisivos para o país (Ana Cristina Francisco, 2017; Jaqueline Aguiar; Vasconcelos, 2017; Francisco; Maria Celi Vasconcelos, 2018; Aguiar, 2020).

No entanto, quando se acessa o arquivo histórico do Museu Imperial, por meio de seus instrumentos de pesquisa on-line, a visibilidade oferecida do acervo nos leva ao inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo D'Eu e aos catálogos de suas importantes coleções: Catálogo da Coleção Capanema; Catálogo da Coleção Frei Estanislau Schaeffe; Catálogo da Coleção Cláudio Bardi; Catálogo da Coleção Escragnolet Taunay; Catálogo da Coleção Aristides Armínio Guaraná; Catálogo da Coleção Smith de Vasconcelos. Nenhuma coleção feminina é destacada, nenhuma mulher é mencionada como titular. Diante de um Palácio tão feminino, fica a pergunta: Onde estão a imperatriz Tereza Cristina e as princesas Isabel e Leopoldina, além das preceptoras, instituidoras, damas de companhia, damas do paço, amas, açaafatas, entre centenas de outras mulheres que transitaram por aquelas edificações? Ou mesmo as mulheres que, naquele período, o Segundo Reinado, também se destacaram em tantas atividades no país e em Petrópolis? Certamente, estão lá no Museu, guardadas nos imensos arquivos deslizantes, nas gavetas, nas prateleiras, nas reservas técnicas, entre os catálogos e os arquivos masculinos, mas, como em outras instituições, ainda não lograram alguém que as separassem e desse a elas a titularidade de ter o seu protagonismo nos arquivos e acervos.

Após uma pesquisa mais minuciosa, que não se trata de algo oferecido ao leitor com tanta facilidade e relevância quanto os catálogos anteriores, aparecem três coleções femininas: Coleção Vera Bretz; Coleção Marquesa de Santos e Coleção Barral Monferrat. O Museu Imperial é a instituição de guarda do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro que testemunha a trajetória da consolidação de um país, com os seus erros e acertos, suas mazelas e seus recomeços. É um dos momentos em que o Brasil teve por mais tempo um governo com a perspectiva feminina de poder. Seria extremamente importante que a sua página oficial pudesse refletir o contraditório da afirmação de que as mulheres foram invisibilizadas, no tocante a escolhas de patrimônio preservado.

Por que as mulheres permanecem escondidas?

Após os levantamentos realizados de modo virtual em seis importantes instituições detentoras de guarda e de preservação da história e do patrimônio artístico e cultural brasileiro, temos um preâmbulo de quantos acervos femininos devem estar invisibilizados, da mesma forma, em outras tantas entidades e fundações espalhadas pelo país.

É como se, no patrimônio, pouco tivéssemos avançado desde as representações do adiantado século XX, quando a figura feminina ainda era cultuada por aspectos baseados nos moldes da beleza e de seus dons, ou da mulher como a detentora do lar, aquela que cuidava do marido e da família, dedicando seu tempo e sua vida somente a esses objetivos, considerando ser a sua “missão” tornar-se uma boa esposa e mãe, tendo como exceção aquelas que se destacavam em alguma profissão.

Voltando-se ainda mais no tempo, no século XIX, havia limitações de letramento, onde um reduzido número de mulheres escrevia porque eram raras as que frequentavam a escola ou tinham aulas domésticas, logo, a maioria era precariamente alfabetizada, o que restringia suas possibilidades de leitura, escrita e desenvoltura literária. Na obra *Os inimigos dos livros* (*The enemies of books*), publicada pela primeira vez em 1880, reeditada em 1881, 1888, 1896, 1902,⁴ o autor William Blades (1888),⁵ que foi um respeitável impressor e colecionador inglês, aborda a “bibliocastia” e a preservação de livros, queixando-se principalmente das mulheres, como as piores adversárias de uma biblioteca. Além delas, ao longo dos capítulos, ele lista os diferentes inimigos dos livros, como o fogo, a água, o gás, o calor, a poeira, a negligência, a ignorância, a intolerância, ratos, vermes, encadernadores, colecionadores, servos e crianças.

Apesar de as mulheres não figurarem em um capítulo específico, elas são citadas várias vezes como algozes dos livros. Em distintas situações, o autor lamenta a falta de valorização do conhecimento pelas mulheres, quando elas vendiam os livros em separado ou os acervos inteiros após ficarem viúvas, ou por tê-los recebido como herança, sem ter a noção do seu justo e real valor monetário. De acordo com Blades (1888), isso devia-se ao fato de utilizarem o papel dos livros tão somente para embrulho de objetos, para empacotar o lixo, ou para vender suas folhas a peso, guardando-os em locais inapropriados, como em cima dos armários de cozinha.

No capítulo “Servos e crianças”, o autor exclama: “Por que as mulheres (Deus me perdoe!) precisam se preocupar com o interior da biblioteca de um homem, e se ela precisa de limpeza ou não?” (Blades, 1888, p. 64). Ele reclama que, na ânsia de limpar os livros, as mulheres os retiravam do lugar onde estavam sem os reposicionar corretamente, deixando-os cair, sem saber limpá-los com suavidade e cautela. Assim, o autor aconselha que, se o homem não puder estar presente, supervisionar e orientar a limpeza dos livros feita pelas mulheres, é preferível deixá-los com poeira, trancar a sua biblioteca e levar a chave consigo. Ele indica que, pelo menos, uma das mulheres da família seja “doutrinada com reverência aos livros”, para que ele seja “um homem feliz” e “ela prolongará sua vida” (Blades, 1888, p. 65). Em toda a obra, a única menção que o autor inglês faz no que diz respeito à aproximação das mulheres aos livros é na tarefa de limpá-los, arrumá-los ou, por outro lado, causar danos. Em nenhum momento supõe a possibilidade de elas também desfrutarem do prazer de lê-los como fonte de conhecimento, entretenimento, ou que sejam suas usuárias/proprietárias.

Desse modo, observa-se como as mulheres eram afastadas do ato de ler e não eram vistas com confiança para sequer frequentar as bibliotecas domésticas. Seus pensamentos e ideias registrados em cartas, diários, egodocumentos, não eram produzidos em bibliotecas ou gabinetes, mas, normalmente, em ambientes mais íntimos – seus próprios quartos, salas de costura, salas de estar –, espaços mais afeitos a uma arquitetura considerada feminina, decorada com artefatos que também apontavam para esse estereótipo. Quando havia livros nesses locais, eram missais, livros de orações, manuais de boas maneiras e de civilidade, álbuns de bordados, de tecidos e de etiquetas, revistas de modas, fábulas, romances e poesias, e, assim mesmo, todos passados pelo crivo da censura familiar e, especialmente, dos homens da casa. Quem fazia uso das bibliotecas eram os homens, aqueles que liam em público jornais, revistas, livros, e podiam experimentar todos os gêneros de literatura, fazer discursos, assim como se corresponder sem censura com seus confrades.

Diante desse quadro, que importância podia ser dada aos arquivos femininos, suas produções, seus livros, seus objetos pessoais? Do que tratariam? Que seriedade teriam? Por que guardá-los? Para que preservar essa memória? E por que mantê-los sob a guarda de uma instituição? E se para lá fossem, qual relevância teriam? Em que contribuiriam para o conhecimento científico?

Essa ideia da falta de significância dos arquivos e das coleções femininas atingiu as políticas e as metodologias de gerenciamento dos acervos das instituições, sob a influência dos ideais e dos comportamentos masculinos dominantes, que não incluem somente os homens, mas também outras mulheres profundamente submissas a essa supremacia de gênero. Além disso, vale lembrar que as instituições citadas na pesquisa, bem como a maioria das casas de guarda e patrimônio do país, quando foram criadas, eram dirigidas por homens e, durante muito tempo, ainda permaneceram presididas, exclusivamente, por indivíduos do sexo masculino.

Mas onde estão as mulheres? Ou, pelo menos, suas escritas íntimas que lograram vencer as lixeiras e fogueiras?

⁴ A segunda edição, publicada por London Elliot Stock, de 1888, está disponível em formato eletrônico e foi a utilizada neste artigo. Disponível em <https://www.gutenberg.org/files/1302/1302-h/1302-h.htm>. Acesso em 18/12/2024.

⁵ William Blades nasceu em 5/12/1824 e morreu em 27/04/1890, em Clapham, Londres.

Grande parte dos fundos femininos chega às instituições dentro de acervos masculinos ou de família e não há um tratamento técnico capaz de identificar, catalogar, indexar e disponibilizar somente o que é referente às mulheres, separando o seu acervo em um núcleo próprio. Na verdade, na maioria das instituições públicas, preocupadas com suas inúmeras carências materiais e humanas, não há políticas de gerenciamento de coleções ou diretrizes no processamento técnico que deem ênfase à visibilização ou à paridade dos acervos femininos em relação aos masculinos.

Além disso, na indexação das coleções, não são contemplados todos os nomes das pessoas que possuem itens dentro dos documentos doados, e a escolha do nome oficial recai sobre aquele que, aparentemente, demonstra ter maior credibilidade ou fama para nomear o acervo, o homem da família, embora a constituição, organização e guarda de toda a documentação, muitas vezes, tenha sido feita pela mulher. Em outros casos, há um pedido do doador para que a coleção receba determinado nome, solicitação essa que é atendida pela instituição. Ou, ainda, é dado um nome generalista à coleção e não se identifica cada subcoleção, como, por exemplo, dentro da Coleção Família Imperial do Museu Histórico Nacional há egodocumentos da imperatriz Teresa Cristina e das princesas Isabel e Leopoldina, porém seus nomes somente podem ser verificados na listagem de itens.

Uma sugestão na tentativa de evidenciar o feminino, tirando da invisibilidade as mulheres ocultas em meio a arquivos masculinos, é começar pela elaboração de verbetes, nos quais sejam incluídos nomes femininos nas bases de pesquisa das instituições. Tal organização poderia se dar inicialmente por categorias, como pode ser observado em uma iniciativa recente divulgada pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, em que foram inseridos, no Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde do Brasil, nomes de mulheres que atuaram no campo da Medicina no século XIX.

As discussões trazidas nesse artigo, assim como as pesquisas realizadas sobre o quantitativo de acervos femininos nas instituições, mais do que expor números, almejam incitar novas perspectivas no processamento técnico pelas áreas de Ciências da Informação (Museologia, Arquivologia e Biblioteconomia). No âmbito do gerenciamento de coleções e gestão de coleções especiais, as instituições têm potencial para rever o objetivo e redefinir a qualificação desses fundos, justificando e determinando melhor suas denominações, tornando-as mais apropriadas aos novos tempos. É justificável que uma coleção feminina seja “especial” ou “particular”?

É urgente não se omitir diante das demandas da sociedade atual, mesmo que o primeiro e único passo viável seja considerar obsoleta a organização atual e colocar na agenda a necessidade de produzir estratégias para uma análise minuciosa das coleções existentes nos acervos das instituições brasileiras, em busca das mulheres escondidas. Nessa transição, nada impede que se continue aplicando as metodologias já recorrentes, considerando, segundo Lucia Lino, Ozana Hannesch e Fabiano Azevedo (2007), o valor institucional do acervo e sua importância para o cumprimento da missão institucional; o valor histórico e sua importância para a pesquisa histórica e o contexto de criação; o valor intrínseco e o valor associativo; porém acrescidos de um outro componente: o valor da equidade de gênero.

Diante de critérios como esses, seria possível individualizar as coleções e ponderar sua relevância para a pesquisa e para a produção do conhecimento, além de dar aos curadores a perspectiva de que suas coleções são únicas, possibilitando e justificando a preservação, a divulgação e o acesso. Através dessas ações seria feito um desvelar das coleções, trazendo “informações que jaziam escondidas e distantes do olhar especializado” (Lino; Hannesch; Azevedo, 2007).

Considerações finais

Peio H. Riaño (2020), em seu livro *Las invisibles ¿Por qué el Museo del Prado ignora a las mujeres?*, demonstra como um dos maiores acervos artísticos e culturais do mundo, o do Museu do Prado, possui um foco nos protagonistas homens, chegando a afirmar que o Museu ocultava tudo o que não fosse para glorificar a genialidade de seus artistas homens e suas pinceladas, chamando atenção para a ausência e o silêncio que incidiam sobre as mulheres, em suas salas.

Para o autor, essa é uma “violência silenciosa” (Riaño, 2020, p. 18), que ocorre porque os museus possuem um modelo de elaboração cultural que legitima o pensamento de gênero, de raça e de classe e outorga uma origem natural a algo que não tem: “a dominação de um sexo sobre o outro” (Idem, p. 19). Em seu epílogo, o qual Riaño intitula *Museos en crisis: escuchar o morir*, ele faz uma advertência que se aplica a todas as instituições de guarda e patrimônio histórico, educativo, artístico e cultural. Citando Paul B. Preciado, filósofo associado do Centro Pompidou em Paris, Riaño sinaliza que “a autoridade dos museus foi ultrapassada e a inviolabilidade de seus critérios se tornou mais antiquada do que a idade das coleções que eles guardam, protegem e exibem”. Além disso, concluem os autores que, por dois séculos, os museus “foram a maior representação do sujeito hegemônico (patriarcal, colonial e heterocentrado), e essa ordem

está em crise ‘porque é excludente, monolítica e questionada por visões e vozes subalternas’”. Se o que o museu defende é abalado, “a instituição oitocentista necessita urgentemente de mudanças” (Preciado *apud* Riaño, 2020, p. 169).⁶ Para os autores, as mudanças políticas que os movimentos pós-coloniais e feministas *queer* e transgênero têm introduzido na sociedade obrigam a uma nova leitura científica da história da arte e de sua exibição: “O museu necessita ser despatriarcalizado e descolonizado” (Preciado *apud* Riaño, 2020, p. 169).

Como se constata, falar que as mulheres estão invisibilizadas não é uma falácia! Passados 25 anos, um quarto do século XXI, as mulheres ainda são o percentual mínimo a serem lembradas, celebradas, homenageadas na literatura, nas artes, nos acervos de memória disponíveis nas instituições de patrimônio histórico, educativo, artístico e cultural, mesmo aquelas mulheres que tiveram importante papel na história do país. O que se vê é uma imensa lacuna do gênero feminino. Tal fato se deve, entre outras razões, à questão de as instituições ainda serem conduzidas por pensamentos que ou ignoram a necessidade da visibilidade feminina, ou, como no parecer do avaliador citado no início desse artigo, trata-se da vitória do senso comum eivado de manifestações machistas e estereotipadas, que guardam resquícios de uma era em que as mulheres só serviam para tirar o pó das bibliotecas.

Nosso intuito não foi expor nenhuma instituição, porque sabemos das dificuldades que elas têm para mostrar quicá o patrimônio masculino, imagine-se aquele que está encoberto por camadas e camadas de tempo, que sobrepujam qualquer possibilidade de se desinvisibilizar ou de se evidenciar as mulheres como devem. No entanto, é preciso que isso seja dito, seja exposto e demonstrado, o quanto as mulheres continuam silenciadas em arquivos ocultos ou esquecidos. Exibir a necessidade de redimensionar o gênero feminino no patrimônio histórico, educativo, artístico e cultural não é mais uma proposta, já é uma urgência; não é mais uma discussão, já é um fato que precisa ser concretizado. Pensamentos carregados de preconceitos misóginos enraizados, que encontram justificativa no injustificável, não podem fazer parte de nossas instituições, de nossas agências de fomento, de nossas análises de projetos e, em especial, do julgamento de recursos financeiros essenciais à pesquisa.

Para tanto, é preciso que pesquisadores e pesquisadoras atualizem sua visão para a necessidade não só de políticas de afirmação, mas para a importância de se ter um olhar sobre arquivos que considere o feminino como protagonista, que pode contar muito sobre a história da educação, a história das mulheres, a história do patrimônio e a história do país. Se deixamos esses documentos encobertos, de difícil acesso, sem titularidade, sem nomenclatura, sem um tratamento que dê a eles o devido lugar, estamos também contribuindo para o apagamento de um passado que se faz indispensável no presente.

Cabe destacar que esta pesquisa se consolidou em janeiro de 2025 e é possível que até a publicação deste artigo as circunstâncias tenham mudado. Acreditamos e torcemos que, ao ler essas páginas, você, leitora/or, possa encontrar nos sites muito mais mulheres do que aquelas que apontamos. No entanto, tratando-se de um processo ainda incipiente, que precisa de amplo investimento, conscientização e vontade política, só poderá ocorrer quando também não for obstaculizado por aqueles que, indevidamente, sem base em pesquisas científicas, decretam que são poucos os acervos femininos ainda não investigados, que não é possível encontrar as mulheres para ampliá-los, ou que os arquivos femininos não podem ser separados dos fundos masculinos.

Nosso artigo tem tão somente a intenção de contribuir para que as instituições, ao constatarem as lacunas que foram expostas, possam fazer um contraponto à nossa discussão e mostrar o oposto de nossas afirmações. Queremos que a questão da invisibilidade feminina nas instituições de patrimônio histórico, educativo, artístico e cultural torne-se, de fato, uma falácia, mas isso ainda nos parece muito longe de acontecer.

Referências

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Cadernos de lições: a educação das princesas Isabel e Leopoldina nos paços imperiais (1850-1864)*. 2020. Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

AGUIAR, Jaqueline Vieira de; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. “A escrita epistolar como objeto de pesquisa: um estudo sobre as cartas das princesas brasileiras”. *Indagatio Didactica*, v. 9, p. 113-127, 2017.

ANASTÁCIO, Vanda. “Onde estão as mulheres? Um percurso didático pela história da literatura portuguesa”. *Convergência Lusíada*, v. 33, n. 48, p. 12-38, 2022. Disponível em <https://convergencialusíada.com.br/rcl/article/view/513>. Acesso em 13/02/2024.

⁶ Tradução livre das autoras do original em espanhol (Riaño, 2020, p. 169).

BLADES, William. *The enemies of books*. 2 ed. London Elliot Stock, 62, Paternoster Row, 1888. Disponível em <https://www.gutenberg.org/files/1302/1302-h/1302-h.htm>. Acesso em 18/12/2024.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DAVIS, Angela; DENT, Gina; MEINERS, Erica; RICHIE, Beth. *Abolicionismo. Feminismo. Já*. Tradução de Raquel Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

FRANCISCO, Ana Cristina Borges López Monteiro. *A Condessa preceptora: entre o cotidiano nos paços imperiais e a construção do mito*. 2017. Doutorado em Educação – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis. RJ, Brasil.

FRANCISCO, Ana Cristina Borges López Monteiro; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. "Luiza, Isabel e Leopoldina: uma história de mulheres, nobreza e educação no Brasil Imperial (1856-1864)". *História da Educação*, v. 22, p. 148-168, 2018.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

hooks, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LINO, Lucia A. da S.; HANNESCH, Ozana; AZEVEDO, Fabiano C. "Política de preservação no gerenciamento de coleções especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins". In: BIBLIOTECA NACIONAL, v. 123. Rio de Janeiro: FBN, *Anais*, 2007. p. 59-75.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3 ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

REBOLLO, María José; DOMINGUEZ, Pablo Álvarez. "Women and educational heritage in Spanish university education museums: good practices and pending challenges for the incorporation of the gender perspective". *Paedagogica Historica – International Journal of the History of Education*, 2020. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00309230.2020.1769149>. Acesso em 05/06/2024.

RIAÑO, Peio H. *Las invisibles ¿Por qué el Museo del Prado ignora a las mujeres?* Madrid-Es: Capitán Swing Libros, 2020.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2018.

Acervo on-line:

Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BN): <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/>; https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/Busca/Avancada.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): <https://cpdoc.fgv.br/sobre>.

Fundação Casa de Rui Barbosa: <http://acervos.casaruibarbosa.gov.br/>.

Museu Casa de Benjamin Constant: <https://museucasabenjaminconstant.museus.gov.br/>.

Museu Histórico Nacional: <https://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>.

Museu Imperial: <https://museuimperial.museus.gov.br/historico-e-personagens/>.

Maria Celi Chaves Vasconcelos (maria2.celi@gmail.com) é pós-doutora em Educação pela Universidade do Minho. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd), na Linha de Pesquisa Gênero, Raça e Interseccionalidades. Bolsista de Produtividade do CNPq desde 2011. Bolsista do Programa Prociência/UERJ desde 2015. Cientista do Nosso Estado desde 2018. Tesoureira da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) de 2022 a 2026. Líder do Grupo: Núcleo de Pesquisa "História e Memória das Políticas Educacionais no território fluminense" (NHEMPE/UERJ/CNPq).

Jandira Helena Fernandes Flaeschen (jandirahf@gmail.com) é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, na Linha de Pesquisa Gênero, Raça e Interseccionalidades. Possui Especialização e Mestrado em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (2009 e 2017, MAST), Graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais (Universidade Estácio de Sá, 2007). Foi servidora da Fundação Biblioteca Nacional de 2013 até 2024, exercendo a função de Chefe da Seção de Restauração. Atualmente, está lotada no Museu Histórico Nacional como responsável pelo Laboratório de Conservação e Restauração de Papel. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Patrimônio Bibliográfico e Documental e membro do Núcleo de Pesquisa “História e Memória das Políticas Educacionais no território fluminense”.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; FLAESCHEN, Jandira Helena Fernandes. “A ‘falácia’ da invisibilidade feminina: vestígios de um discurso anacrônico”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 2, e110970, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis em repositório.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 23/02/2026

Aceito em 02/03/2026

EDITORA RESPONSÁVEL

Lia Machado Fiuza Fialho  0000-0003-0393-9892

EDITORA CIENTÍFICA

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112